

Carlos Vogt é professor titular de semântica do Departamento de Linguística, e coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp; é presidente da Fapesp e vice-presidente da SBPC.

Peter Fry é professor titular de antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Foi também professor de antropologia da Unicamp.

* Este artigo é uma refusão de parte de capítulos do livro *Cafundó – a África no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, de nossa autoria.

NOTA

1. O termo “parentela” traduz a expressão e o conceito em inglês *descending kindred*, de acordo com o trabalho de Freeman (1961). Refere-se a um grupo corporativo (*corporate group*), no qual a inclusão dos membros depende, em primeiro lugar, de sua descendência do antepassado fundador (neste caso, Joaquim Congo) e também do fato de seus membros permanecerem moradores nas terras pertencentes ao grupo.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Amaral, A. *O dialeto caipira*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1976.
- Freeman, D. “The concept of the kindred”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 91, Londres, 1961.

LÍNGUAS DE IMIGRANTES

Carmen Zink Bolognini
Maria Onice Payer

INTRODUÇÃO Na história brasileira, a representação dos imigrantes, ao lado dos indígenas, dos africanos e do colonizador português, teve um lugar significativo como parte da constituição do povo brasileiro. Nas Ciências Humanas, o tema da imigração foi desde cedo abordado por trabalhos de sociólogos e historiadores, por exemplo. Mas a análise da questão a partir da lingüística, focalizando a diversidade das línguas introduzidas no Brasil pelos imigrantes, não foi considerada até recentemente com a força histórica que teve, capaz de produzir em certos momentos estremecimentos na imagem de unidade da língua nacional brasileira.

Os trabalhos recentemente desenvolvidos sobre a História das Idéias Lingüísticas no Brasil e a Constituição da Língua Nacional e sobre Ética e Política Lingüística, bem como a elaboração da Enciclopédia das Línguas no Brasil (1) vêm interpelando os pesquisadores a discutir a constituição histórica do país por meio da linguagem. Nesse sentido, estudar as línguas através da história, de modo a considerar a relação do português, na sua condição de língua oficial do país, com as outras línguas faladas neste território, enquanto línguas maternas que constituem os sujeitos (Orlandi, 2001) permitirá reler o significado da presença da diversidade de línguas no Brasil a partir do fenômeno imigratório.

Apresentaremos, neste artigo, dados referentes a algumas línguas de imigrantes e exporemos temas relacionados ao modo de presença e de ensino destas línguas na constituição histórica do sujeito brasileiro. Discutiremos também questões relativas à relação entre língua materna, língua estrangeira e língua nacional, no âmbito dessa história e do ensino de línguas. Como o sujeito e o sentido se constituem simultaneamente, pela língua (Orlandi, 2001), essas relações são significativas para o brasileiro. Pois, a língua oficial determina a relação que os sujeitos têm com o país, no caso, o Brasil (Guimarães, 2004).

Falamos em estremecimento na imagem de unidade da língua nacional, na medida em que há um imaginário de unidade, sócio-historicamente construído, que sobrepõe as imagens de língua oficial, língua nacional e língua materna. Desde a constituição de 1988, o português é enunciado como “a língua oficial do Brasil”, como nota Guimarães (1996). Para o autor, esta formulação reconhece a existência de outras línguas, faladas por outros grupos, como os indígenas, por exemplo. O que não quer dizer que não houvesse em funcionamento a presença de uma língua nacional. E, sendo assim, há de se considerar a possibilidade da não-confluência entre língua oficial e língua materna no Brasil. No caso específico da imigração, a distância entre elas é ainda mais flagrante. E essa distância é constitutiva do Brasil e do brasileiro, como veremos a seguir.

SOBRE LÍNGUA MATERNA E LÍNGUA ESTRANGEIRA Fazer uma enciclopédia das línguas faladas no Brasil, tal qual proposto, suscita discussões a respeito do estatuto da língua materna e da língua estrangeira. O português, a língua oficial do Brasil, como vemos no verbete de Guimarães (2004), intitulado “História do português do Brasil”, tem uma relação histórica diferenciada com o Brasil, se tomarmos a sua história em Portugal como referência. Essa diferenciação se dá, conforme o autor, principalmente porque o português entrou no país por meio do processo de colonização, e ocupou e dividiu espaços com outras línguas praticadas neste território. Sendo assim, o português nem sempre foi a língua mais falada no Brasil. Houve um período no qual a língua mais falada no Brasil era a língua geral, e foi apenas a partir dos séculos XVII e XVIII que essa língua perdeu espaço para o português, devido à obrigatoriedade do seu uso e do seu ensino (2). Hoje, praticamente falado por toda a população, o português é a língua materna de cerca de 157 milhões de brasileiros (censo do IBGE, 1996).

Os imigrantes entraram no país e trouxeram as suas línguas maternas: outras histórias, outras ideologias. E o modo pelo qual eles foram constituídos por suas línguas maternas foi determinante da forma pela qual eles se relacionaram com o português e com o Brasil. Para os imigrantes, o português era a língua do estrangeiro, do diferente. A maneira pela qual se deu a entrada e a adaptação do imigrante no novo ambiente (dos falantes de português) estava articulada com a forma pela qual eles se relacionaram com o aprendizado do português.

HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO A introdução de línguas estrangeiras no Brasil por imigrantes ocorreu cronologicamente durante séculos, nos diferentes períodos históricos. Durante o Império, ocorreram imigrações esparsas de grupos, mais especificamente de falantes de italiano e de alemão, tratadas diretamente por D. Pedro I e D. Pedro II, havendo, aqui, influência decisiva da imperatriz D. Leopoldina, de origem austríaca (Bolognini, 1996).

Contudo, o período que corresponde ao grande movimento migratório no Brasil estendeu-se de 1887, ou seja, pouco antes do estabelecimento da República, até 1930. A imigração nesse período foi um fenômeno em massa de grandes proporções, decorrente de condições sócio-históricas propícias nos dois lados do Atlântico, intermediadas pelas Companhias de Navegação e de Imigração. Do lado dos países de origem dos imigrantes, na Europa e na Ásia, a imigração era favorecida pelo início da industrialização, que causou empobrecimento da população e escassez de terras para agricultura. Do lado brasileiro, o governo republicano e os fazendeiros de café viram na imigração uma solução para diversos problemas, no momento em que o trabalho escravo era eliminado; elementos populacionais eram necessários ao povoamento de áreas de fronteiras territoriais e habitadas por indígenas, e o chamado caldeamento da raça projetou-se entre as questões nacionais de identificação do povo brasileiro.

A partir da década de 1920, a imigração em massa foi sendo progressivamente coibida. Depois desse período de grande fluxo, a partir de 1930, a imigração se deu em menor escala, em decorrên-

cia de problemas econômicos e políticos, tal como a Segunda Guerra Mundial.

A ampla extensão e a complexidade da história da imigração, com fatos como a imigração clandestina, o sigilo em situações políticas difíceis, bem como o registro dos filhos dos imigrantes como brasileiros e falantes de português, dificultam o estabelecimento de dados estatísticos precisos quanto ao número de falantes das línguas estrangeiras atualmente, de modo que se dispõem apenas de estimativas e dados esparsos, como os que apresentamos adiante.

AS LÍNGUAS DOS IMIGRANTES No Brasil, dada a variedade de imigrantes que para cá vieram, principalmente da Europa e da Ásia, são faladas várias dessas línguas. É possível citar o alemão, o árabe, o chinês, o coreano, o espanhol, o holandês, o inglês, o italiano, o japonês, o leto e o pomerano.

Os imigrantes, falantes dessas línguas, vieram para o Brasil em épocas diferentes e se instalaram em diversas regiões. Os árabes, por exemplo, fixaram-se no Brasil ainda no Império, com o apoio de D. Pedro II, a partir de sua visita ao Líbano em 1876. Já em 1880, novo grupo de libaneses imigrou para o Rio de Janeiro. Entre 1910 e 1940, eles instalaram-se em Vitória, Cachoeiro do Itapemirim e Alegre, no Espírito Santo, além de algumas cidades no estado de São Paulo.

Os espanhóis têm uma relação antiga com o Brasil. Desde a união política de Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640, o espanhol se fez presente “oficialmente” no que hoje se conhece como o território brasileiro. Durante o período do grande fluxo, os imigrantes espanhóis instalaram-se no Brasil atraídos pelo café e, mais tarde, entre 1950 e 1964, também pela indústria e siderurgia. O contingente de espanhóis no Brasil constitui o terceiro maior grupo de imigrantes, depois dos italianos e dos portugueses.

Um aspecto interessante tem a presença dos holandeses no Brasil. Em se tratando da introdução dessa língua no país, há dois períodos que merecem destaque. O primeiro deles remonta ao século XVII, quando houve a tentativa de colonização do país por parte dos holandeses. A importância desse período deve-se ao incentivo cultural propiciado pelo governo holandês estabelecido no Brasil. Como resultado, temos a criação de uma biblioteca, da imprensa e o testemunho da época retratado em quadros e escrito em livros de holandeses. O segundo momento ocorre a partir de meados do século XX, quando houve imigração oficial, com a compra de um grande lote de terras, onde hoje está situada a cidade de Holambra, no interior paulista. O destaque fica marcado, nesse período, pela grande produtividade e contribuição sócio-econômica da comunidade para o Brasil. É nessa região que o holandês ainda é falado no país. Estimase que entre dez e trinta mil imigrantes falantes de holandês tenham vindo ao Brasil.

A seguir vamos tratar de modo mais específico de três línguas de imigração e seus modos de presença no Brasil: o alemão, o italiano e o japonês.

O ALEMÃO Língua de imigrantes de origem alemã, suíça, russa (região do Volga), polonesa e austríaca, é falada, atualmente, no Paraná (Rio

Negro, Ponta Grossa, Rolândia, Entre Rios), Santa Catarina (Blumenau, Joinville, São Francisco do Sul, Brusque, Itajaí, São Bento) Espírito Santo (Santa Leopoldina) e Rio Grande do Sul (São Leopoldo, Santa Augusta, São Lourenço, Lageado, Montenegro). Embora o Brasil ocupasse o segundo lugar como país de destino dos falantes de alemão que vieram para o continente americano (o primeiro país de destino foram os Estados Unidos), eles não se destacaram do conjunto de imigrantes que vieram para o Brasil. Mesmo sendo o primeiro grupo vindo ao país, representam apenas 9% do total de imigrantes. Entre 1824 e 1830, entraram no Brasil cerca de 5 mil falantes de alemão, em decorrência dos grandes problemas econômicos nos países de origem, e motivados pela propaganda das companhias de imigração. Entre 1847 e 1854 entraram cerca de 2,7 mil falantes de alemão no país. No Espírito Santo os falantes dessa língua se fixaram, principalmente, nos vales superiores dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória. Dentre eles, havia falantes originários da Alemanha e Pomerânia (região alvo de disputas entre a Polônia e a Prússia, estado da atual Alemanha), que chegaram entre 1860 e 1879 e encontram-se, hoje, em comunidades relativamente coesas, em Pancas, Santa Maria do Jetibá e Santa Teresa, com prática do pomerano. O fluxo de imigrantes falantes de alemão foi interrompido durante 14 anos, devido à revolução dos Farrapos e à proibição de imigração na Alemanha em 1859. Essa proibição foi revogada em 1896, sendo permitida a propaganda apenas para os três estados do Sul do Brasil. Por esse motivo, dos 5 milhões de imigrantes que deixaram a Alemanha entre 1824 e 1939, apenas 7% vieram para o Brasil, de modo que até o início da Segunda Guerra Mundial, há o registro da entrada de cerca de 300 mil falantes de alemão no país. Somando-se seus descendentes, considera-se que até 1935 havia um total aproximado de 1,2 milhão desses falantes no país.

Os falantes de alemão organizavam-se em pequenos grupos, onde mantinham seus dialetos locais. Eles trouxeram, além da doutrina religiosa, o alemão padrão (hochdeutsch), pois os pastores tinham formação acadêmica. Esses pastores encontraram, inicialmente, resistência nas comunidades já existentes, mas conseguiram, em grande parte, implantar seu discurso, que pregava a filiação ao novo Estado alemão. Foi nessa época, também, que diversas publicações em idioma alemão foram feitas no Brasil: jornais, cartilhas, manuais de orientação religiosa e familiar, manuais técnicos, boletins informativos e livros de história e literatura inspirados na vida dos imigrantes. Em 1917, o Brasil entra na Primeira Guerra Mundial contra a Alemanha e a circulação de periódicos em alemão e as instituições (escolas, igrejas) alemãs foram proibidas de funcionar. No entanto, interessadamente, entre 1910 e 1928, aumenta o número de periódicos em língua alemã, e também os já existentes têm sua tiragem ampliada. Logo após o término da guerra, as relações diplomáticas entre os dois países foram reatadas e o alemão, bem como o funcionamento de escolas e igrejas, deixou de ser proibido. Nova proibição ocorreu com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando novamente escolas e igrejas foram fecha-

das e jornais foram proibidos de circular. Apesar dessas proibições, há um número considerável de brasileiros que se consideram falantes de alemão, por serem descendentes de imigrantes.

O ITALIANO Falantes de italiano migraram da Europa para a América principalmente durante o grande fluxo, em número aproximado de 57 milhões de indivíduos (De Decca, 1993). Os registros de imigração disponíveis, a maior parte deles encontrando-se apenas no estado de São Paulo, indicam que entraram no Brasil 1.401.335 imigrantes italianos (Bergman, 1977).

Os falantes de italiano e de variedades desta língua instalaram-se nas regiões Sul e Sudeste, além do sul da Bahia. Contudo, em vista das migrações interestaduais motivadas pela busca de terras em outras regiões após 1970, hoje há descendentes de italianos concentrados também em estados do Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Goiás) e do Norte (Acre e Pará).

Algumas variedades de italiano continuam sendo faladas nas regiões Sul e Sudeste até hoje. A convivência de grupos de imigrantes em comunidades relativamente coesas, bem como o isolamento das colônias agrícolas em relação a centros populacionais, em certas regiões, contribuiu para a manutenção de sua língua.

Por outro lado, o italiano, assim como outras línguas estrangeiras, como o alemão, foram pontualmente interdidas durante as guerras mundiais e durante o Estado Novo (1937-1945), no contexto nacionalista próprio à década de 1930. De um certo modo, a Segunda Guerra funcionou, também, como argumento no inevitável processo de nacionalização que já havia sido iniciado, de fato, desde o início do grande fluxo migratório. De forma incisiva, através de legislação específica e da minuciosa Campanha de Nacionalização do Ensino, iniciada

em 1938, o Estado brasileiro implantou o português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, (re)forçando a nacionalização. Esse fato inibiu significativamente a prática das línguas maternas dos imigrantes, marcadamente no domínio público e institucional, sobretudo na imprensa escrita e na escola, mas também no espaço privado.

Contudo, a Campanha de Nacionalização do Ensino não conseguiu apagar totalmente as línguas estrangeiras junto a uma prática de linguagem eminentemente oral. Além disso, no Brasil as variedades do italiano misturaram-se ao português, de modo que em regiões de densa imigração a população fala o português com traços de italiano — presentes na fonologia, no léxico, na morfossintaxe e na prática mesclada das línguas, com fragmentos de discursos, provérbios e expressões em italiano e em português.

A partir dos anos 1980, em um contexto sócio-histórico bem diferente dos anos 1930, com o aparecimento dos discursos sobre a globalização econômica, as especificidades “culturais” e “regionais”, como as que dizem respeito aos imigrantes, passam a adquirir lugar na mídia, de modo que se assiste, atualmente, a um certo revigoreamento dos elementos relativos à memória dos imigrantes. Nesse con-

**ALÉM DISSO,
NO BRASIL
AS VARIEDADES
DO ITALIANO
MISTURARAM-SE
AO PORTUGUÊS...**

texto, algumas cidades colonizadas por italianos passaram a inserir o ensino do italiano como língua estrangeira nas escolas. A presença desse discurso na mídia fez crescer, por exemplo, em 25% o índice de procura de cursos de italiano na cidade de São Paulo, em 1999, onde o número de descendentes de italianos chega a cinco milhões.

O JAPONÊS A língua japonesa falada no Brasil pode ser definida como resultante da fusão de dialetos das diferentes regiões do Japão, com predominância de um ou mais dialetos conforme a concentração de falantes procedentes dessas regiões (Dóí, 2004). Além dessa mistura de dialetos, o japonês falado atualmente no Brasil apresenta um outro traço: a presença do português.

Essa língua, usada na comunicação cotidiana no contexto nipo-brasileiro, é chamada de *koronia-go* (“língua da colônia”), e é comumente caracterizada pelos japoneses como “o japonês antigo misturado de língua brasileira (o português)”. O uso da língua japonesa não se limita apenas ao meio de comunicação oral na comunidade nipo-brasileira. A língua escrita tem tido lugar nas publicações de jornais, interrompidas, juntamente com a prática pública da língua, no período da Segunda Guerra. Além disso, desde o início da imigração, diferentes manifestações literárias têm sido desenvolvidas no seio da comunidade sob a forma de contos, romances, e poemas.

Sua introdução no Brasil (Dóí, idem) iniciou-se em 1908, quando cerca de 800 indivíduos de diferentes regiões do Japão chegaram ao estado de São Paulo para trabalhar nas fazendas de café. Estima-se que até a Segunda Guerra, cerca de 190 mil imigrantes japoneses chegaram ao Brasil e, a partir de 1953, em torno de 50 mil japoneses dirigiram-se aos núcleos coloniais das regiões da Amazônia, Nordeste e Sul do país. Segundo pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, em 1987, estima-se que a população japonesa (japoneses e seus descendentes) residente no Brasil atinge o número de um 1,3 milhão de habitantes, dos quais os isseis (japoneses de primeira geração nascidos no Japão) representam 12,51%, os nisseis (filhos de japoneses) 30,85%, os sanseis (netos de japoneses) 41,33% — dentre os quais 42% são mestiços —, os yonseis (bisnetos de japoneses) constituem 12,95%, dos quais 61% são mestiços. Ainda segundo essa pesquisa, apenas 0,23% da população japonesa no Brasil fala atualmente o japonês.

A língua japonesa marca também sua presença no português brasileiro, na introdução de itens lexicais que representam os vários segmentos da cultura japonesa e que estão inseridos na sociedade brasileira, tais como na alimentação (*sushi, sashimi, tempura, shoyu, shiitake*), nos esportes e lazer (*judô, jiu-jitsu, karaoke*), nos costumes (*tatami, furô, quimono*), etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Entre a língua materna e a língua nacional Se trabalharmos a questão do sujeito constituído pela linguagem a partir de Pêcheux (1969) pensando o falante de determinada língua a partir do lugar de interlocução que lhe cabe na cadeia discursiva, será necessário refletirmos sobre a maneira pela qual os discursos se articulam para definir esse lugar que o imigrante ocupa em relação ao brasileiro (Bolognini, 1996). Dito de outra forma: o imigrante ocupa um determinado lugar de interlocução na sua língua materna. E a sua língua materna também reserva um lugar de interlocução

para os falantes do português do Brasil. Como se daria essa relação? Ela não é sempre igual. Consideremos duas pesquisas conduzidas com diferentes descendentes de imigrantes: uma com descendentes de italiano, outra com descendentes de alemão (3). Ou seja, com sujeitos constituídos por outros, que por sua vez foram constituídos por outros que tinham o italiano, por um lado, e o alemão, por outro, como língua materna. As diferenças encontradas podem ser sintetizadas em um dado fundamental: as entrevistas com os descendentes de italiano foram conduzidas em português, e as entrevistas com os descendentes de alemão foram conduzidas em alemão.

A questão que fica é a seguinte: os sujeitos constituídos pelo alemão ocupam um lugar de interlocução em sua relação com o português que faz com que a situação de “ser estrangeiro” no Brasil não lhes seja desconfortável. Há algo no idioma alemão que lhes assegura um lugar de interlocução difícil de ser perdido para o lugar de interlocução que o português lhes asseguraria (Bolognini, 1996).

Os descendentes de italiano, por outro lado, são pegos de outra forma na cadeia discursiva. Seu lugar de interlocução como descendentes de italianos não pressupõe o domínio, ou algum domínio do idioma, mesmo que este possa ser falado. Eles são afetados de outra maneira pela política de línguas existente no país.

Quando se fala em política de línguas no Brasil com relação aos imigrantes, há uma remissão quase imediata à proibição de alguns idiomas (alemão, italiano, japonês) durante os períodos das grandes guerras mundiais. Entretanto, discussões a respeito da nacionalização dos imigrantes já estavam em discussão desde o início do processo imigratório, nos estados. Nessas discussões, propunha-se para as zonas de densa imigração uma educação tendente à nacionalização, com a contratação de professores bilíngües, de modo que o aprendizado do português fosse o aspecto primordial a ser levado em consideração (Ribeiro, 1889 e Bilac, 1916).

A interdição das línguas dos imigrantes tem sido abordada, entre outras direções, como um fato discursivo da ordem do “silenciamento” (Orlandi, 1992), da memória e do esquecimento da língua e, conseqüentemente, da chamada identidade cultural, em sua relação com o processo de nacionalização (Payer, 1999). Nesta perspectiva, aspectos constitutivos da relação entre sujeito e a língua materna – silenciada – e a língua nacional, em que este se inscreve juridicamente como cidadão, vêm sendo estudados quanto a suas implicações na prática de linguagem e nos processos históricos de constituição do sujeito de linguagem.

Nessa perspectiva tem-se observado que tanto o *modus operandi* do silenciamento (interdição) quanto o fato discursivo do silêncio sobre a presença das línguas estrangeiras praticadas pelos descendentes de imigrantes no Brasil não deixaram de imprimir marcas no sujeito que se escolariza, bem como na memória social. Por exemplo, especificamente quanto aos elementos do italiano presentes no português, eles vêm sendo interpretados como traços de um retorno involuntário, na memória, da língua apagada (Payer, 1999 e 2003). Essa abordagem, considerando o sujeito e a história presentes na língua, difere substancialmente daquela que os compreende como “regionalismos” ou “dialetos regionais”, noções estas concebidas a partir de origens positivistas da lingüística.

Tem-se observado, portanto, que na prática de linguagem dos falantes descendentes de imigrantes apresenta-se uma *tensão entre a língua nacional e a língua materna*, que se produz na história e atinge tanto a estrutura da língua quanto o sujeito. O estudo dessa tensão na prática de linguagem leva a se desvendarem questões sobre o ensino de língua (português), tal como a importância de se explicitar – e não silenciar – as relações históricas tensas entre a língua nacional e as línguas maternas da população, e de se considerar as situações internas ao país em que a língua nacional ensinada na escola não coincide com a língua materna dos alunos. É importante, nesse sentido, lembrar também que há situações em que a língua materna se compõe de materialidades lingüísticas que se constituem de elementos de mais de uma língua (Payer, 1999).

A relação histórica densa entre as línguas interfere, portanto, na constituição do sujeito de linguagem. *A sua relação com os traços da língua “apagada” é marcada pela memória de uma língua silenciada. Ao mesmo tempo em que esses traços constituem o sujeito no real da língua, eles constam como traços a serem apagados*, na medida em que é o português que o interpela juridicamente, como a língua apropriada a seu estatuto de cidadão brasileiro (idem).

Assim, um dos interesses em estudar a questão das línguas dos imigrantes atualmente está, ao nosso ver, em compreender que a *língua materna silenciada na história deixa no sujeito sua memória*. Ela *deixa inscrito um lugar de língua*, que não poderia, entretanto, ser preenchido por uma suposta restituição da língua apagada, através do ensino da língua estrangeira correspondente (alemão, japonês, italiano...), como às vezes se imagina. Se as línguas dos imigrantes, em sua maior parte silenciadas, têm um papel na memória social brasileira, *isso se dá em seu estatuto de língua apagada mesmo*, cuja presença remota pode ser às vezes apenas notada, por exemplo, através do riso (equivoco) que acompanha o seu aparecimento; da prática sinestésica do canto da língua silenciada, em antigas canções em dialetos; na denegação de sua presença ocorrendo na ultracorreção do português (Payer, 2003).

Muito embora o ensino das línguas estrangeiras correspondentes dos imigrantes possa interessar tanto à formação cultural quanto a situações pragmáticas das relações internacionais, um trabalho significativo com as línguas de imigrantes historicamente presentes no Brasil ultrapassa a questão do restabelecimento ilusório das línguas perdidas. O trabalho minucioso com os sentidos presentes na memória histórico-discursiva é o que parece poder levar à formulação – na contraface do silenciamento – dos sentidos silenciados junto com as línguas, de modo a produzir, nas representações sociais, lugar para a multiplicidade das línguas e das memórias culturais que constituem o brasileiro.

Carmen Zink Bolognini é professora do Departamento de Linguística Aplicada e coordenadora associada da Comissão de Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Maria Onice Payer é professora do curso de letras da UFSCar e professora do curso de pós-graduação da Univés.

NOTAS

1. Projetos coordenados no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp pelos professores Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães, a partir da Análise do Discurso e da Semântica Histórica da Enunciação – Endereço da Enciclopédia das Línguas no Brasil (ELB): <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>
2. Ver também os artigos de L.C. Borges e J. Horta Nunes, em Orlandi (org.) 2001.
3. Payer, M. O. 1999 e Schumm, G.S.C., 2004, respectivamente.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Bergman, M. P. *Nasce um povo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- Bilac, O. (1916) “A língua portuguesa”. In *Últimas conferências e discursos*. São Paulo: Livraria Francisco Alves. 1927.
- Bolognini, C.Z. “A história e a ideologia nas relações de contato Brasil-Alemanha”. Tese de doutorado Unicamp. 1996.
- Decca, E. S. De. “Immigrants in Brazil: tension and cultural identity”. *Ibero-american heritage curriculum latinos in the making of the United States of América: yesterday, today and tomorrow*. Readings for Teachers. 1993.
- Dóji, E. T. “Japonês”. *Enciclopédia das Línguas no Brasil*. IEL, Unicamp. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/> 2004.
- Guimarães, E. e Orlandi, E. *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes. 1996.
- Guimarães, E. “Política de línguas”. *Enciclopédia das Línguas no Brasil*. IEL, Unicamp. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/> 2004.
- Pêcheux, M. (1969). “Análise automática do discurso”. In *Por uma análise automática do discurso*. F. Gadet e T. Hak (ogs.). Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- Orlandi, E. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- Orlandi, E. *História das idéias lingüísticas. Constituição do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas e Cáceres: Eds. Pontes & Unemat, 2001.
- Orlandi, E. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez. 2002.
- Payer, M. O. “Memória da língua. Imigração e nacionalidade”. Tese de doutorado. IEL, Unicamp, 1999.
- Payer, M. O. “Memória da língua e ensino - Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento”. *Organon*, revista do Instituto de Letras da UFRGS, número 35. 2003.
- Ribeiro, J. *Grammatica portugueza*. 3a. edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1889.
- Schumm, G.S.C. “Um estudo enunciativo de uma política de línguas: uma identidade misturada”. IEL, Unicamp. 2004.